



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PINHEIRO – CESPI
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

MARCO AURÉLIO REIS SARAIVA

EDUCAÇÃO E CIDADANIA: um elo para emancipação humana nos anos iniciais do ensino fundamental.

PINHEIRO-MA
2023

EDUCAÇÃO E CIDADANIA: um elo para emancipação humana nos anos iniciais do ensino fundamental.

Monografia apresentada a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Centro de Estudos Superiores de Pinheiro – CESPI, como requisito para obtenção do Título em Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Sousa Silva.

Saraiva, Marco Aurélio Reis.

Educação e Cidadania: um elo para emancipação humana nos anos iniciais do ensino fundamental. / Marco Aurélio Reis Saraiva . – Pinheiro (MA), 2023.

57f.

Monografia (Curso de Pedagogia Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Pinheiro, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Sousa Silva

1. Aluno. 2.Cidadania. 3.Educação.4. Professor I.Título.

CDU: 37:373.3

Elaborado por Luciana de Araújo - CRB 13/445

EDUCAÇÃO E CIDADANIA: um elo para emancipação humana nos anos iniciais do ensino fundamental.

Monografia apresentada a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Centro de Estudos Superiores de Pinheiro – CESPI, como requisito para obtenção do Título em Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Sousa Silva.

Aprovada em:14/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria de Fátima Sousa Silva (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão – Campus/Pinheiro

Profa. Esp. Suzane Castro (1º Examinador)

Universidade Estadual do Maranhão – Campos/Pinheiro

Prof. Me. Samir Roland (2º Examinador)

Universidade Estadual do Maranhão – Campus/Pinheiro

A minha mãe, Rose Reis, e minha avó,
Maria Felipa. Vocês foram essenciais
nessa conquista

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por se fazer presente em minha vida, e por me ouvir em dias turbulentos, sem você nada teria acontecido.

A minha mãe Rose, que desde o início esteve comigo, não mediu esforços para essa realização, sou muito grato por tudo que você fez por mim, e pelos aprendizados construídos, você é incrível.

Aos meus avós, vocês foram fundamentais nessa trajetória, suas contribuições foram essenciais nesse processo, seus ensinamentos de vida foram primorosos para a pessoa que sou hoje.

A minha família, que sempre me deram forças positivas para eu concluir essa etapa, pessoas que colaboram direta ou indiretamente nessa jornada, vocês têm a minha gratidão.

Aos meus amigos, agradeço imensamente pelas risadas, pelos momentos de distrações que tivemos juntos. Não poderia faltar a gratidão pela “panelinha Joker” produzimos muitos aprendizados nesse ciclo, obrigado por me ouvirem e alertarem sobre os acontecimentos ao meu redor.

Aos funcionários da Universidade Estadual do Maranhão-Campus Pinheiro, obrigado por deixarem o ambiente sempre favorável para a construção de conhecimentos.

Aos professores que contribuíram intensamente nesse processo, cada ensinamento construído foi um marco nessa trajetória.

Em especial a professora Maria de Fátima Sousa Silva, sou imensamente agradecido por ter me auxiliado nessa produção acadêmica, e por todo o conhecimento que produzimos juntos. Obrigado pelas conversas e por me orientar no melhor caminho.

“A leitura de mundo precede a leitura da palavra”

(Paulo Freire)

RESUMO

A educação é o pilar para o desenvolvimento do ser humano, ela é o caminho para a conscientização de mundo. Neste sentido, família, escola e professor devem percorrer lado a lado com relação ao processo de aprendizagem do educando, permitindo assim a sua consciência crítica. Portanto, a educação para a cidadania é um elemento imprescindível para alavancar esse processo de ensino, uma vez que ela possibilita um olhar voltado para emancipação humana. Em razão dessa estimativa, as bases que promovem aprendizagens para o aluno precisam ter uma concepção democrática, participativa, autônoma e crítica. Desta forma, essa pesquisa corresponde um estudo relacionado sobre o ponto de vista dos professores com relação a educação para cidadania, em uma escola municipal de ensino regular da cidade de Pinheiro – MA. Refere-se acerca de um estudo do tipo exploratório, tencionando uma abordagem qualitativa. Esta pesquisa dispôs com a participação de 08 professores (a) atuantes do ensino fundamental dos anos iniciais. Por meio do questionário aplicado foi possível reconhecer o que os docentes percebem com relação ao conteúdo sobre cidadania. Em síntese, no que se refere aos participantes, constatou-se resultados oportunos com relação as suas práticas pedagógicas, nessa perspectiva, foi possível considerar as dificuldades para uma boa promoção de uma educação cidadã.

Palavras-chave: Aluno. Cidadania. Educação. Professor.

ABSTRACT

Education is the pillar for the development of human beings, it is the path to awareness of the world. In this sense, family, school and teacher must go hand in hand in relation to the student's learning process, thus allowing their critical awareness. Therefore, education for citizenship is an essential element to leverage this teaching process, as it enables a focus on human emancipation. Due to this estimate, the bases that promote learning for students need to have a democratic, participatory, autonomous and critical conception. In this way, this research corresponds to a related study on the teachers' point of view regarding citizenship education, in a regular municipal school in the city of Pinheiro – MA. It refers to an exploratory study, intending a qualitative approach. This research involved the participation of 08 teachers working in primary education in the early years. Through the questionnaire applied, it was possible to recognize what teachers perceive in relation to the content on citizenship. In summary, with regard to the participants, timely results were found in relation to their pedagogical practices, from this perspective, it was possible to consider the difficulties in promoting good citizenship education.

Keywords: Student. Citizenship. Education. Teacher.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1- Formação, sexo e especialização dos colaboradores	44
Gráfico 1- Práticas pedagógicas dos professores	46
Gráfico 2- Capacitação sobre os direitos e deveres da criança	47
Gráfico 3- Sobre a metodologia utilizada pelo educador	49

LISTA DE SIGLAS

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE CIDADANIA.....	16
2.1 Conceito de cidadania na visão de alguns autores	18
2.2 Alguns aspectos de cidadania na Idade Média e a concepção de infância.....	19
3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CRIANÇA E O PROCESSO DE CIDADANIA NO BRASIL	22
3.1 Criança e o trabalho nas indústrias.	23
3.2 Criação das leis em prol da criança e adolescente.	24
4. EDUCAÇÃO, ESCOLA, EMANCIPAÇÃO HUMANA E FORMAÇÃO DOCENTE.....	28
4.1 Educação.....	28
4.2 Escola.....	31
4.3 Emancipação humana.....	34
4.4 A formação docente.....	38
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
5.1 Os caminhos da pesquisa e a construção do conhecimento.....	42
5.2 Local, os colaboradores e os instrumentos de coletas de dados da pesquisa.....	43
5.3 Integrantes da pesquisa e coleta de dados.	44
5.4 Resultados e discussões.....	44
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	53
APÊNDICE.....	56

1 INTRODUÇÃO

Educar para cidadania se faz necessário desde os anos iniciais, pois a criança está aprendendo a se relacionar com o mundo e em meio a coletividade mútua de indivíduos. Na escola as primeiras interações sociais podem ser cruciais para seu futuro enquanto cidadão.

Nesta etapa, o professor e a família são essenciais para trabalharem a construção de identidade desses alunos, a fim de que se reconheçam como sujeitos de direitos e deveres na sociedade. Além, de se conscientizarem sobre a relevância do reconhecimento da temática.

Na Grécia antiga, com relação a profissão de pedagogo eles eram pessoas estrangeiras e escravizadas, e tinham a missão de cuidar de crianças. Pessoas que não tinham direito à liberdade eram designadas a guiarem os menores, a classe que predominava o poder político e econômico, tinha seus cuidadores para guiarem seus descendentes.

Esses indivíduos que cuidavam tinham uma responsabilidade enorme, tendo em vista que elas coexistiam no mesmo espaço que as crianças. Conseqüentemente eles ensinavam o sujeito a ser um cidadão para viverem coletivamente, “o pedagogo era o educador por cujas mãos a criança grega atravessava os anos a caminho da escola, por caminho da vida”. (BRANDÃO, 2003, p. 43)

A transmissão de saberes era de total responsabilidade desses seres escravizados que não detinham de nenhum direito naquele período, só restavam ensinar o que tinham aprendido no decorrer de sua vida.

É notório, que adveio muitas mudanças até os tempos modernos. O modo de ensinar passou por muitas transformações, e o educador automaticamente estava inserido nessa metamorfose.

Atualmente no Brasil e no mundo, existem diversos questionamentos sobre a formação para a cidadania, assim como as estratégias de trabalhar pedagogicamente esses elementos na sala de aula. Principalmente no que se refere a educação emancipatória, teóricos, pesquisadores e professores, questionam as possibilidades de como tornar isso possível e eficaz.

Vale salientar que a educação emancipatória é um conceito que está interligado ao modo de pensar do ser humano, este modelo de aprendizado tenciona promover a autonomia, empoderamento, tencionando sempre a liberdade de expressão promovendo a libertação dos sujeitos.

Existem alguns empecilhos para ser discutido esse assunto na sociedade, a

começar por fazer certificar a importância da cidadania. Vivemos em um meio social marcado por conflitos políticos, e pouco interesse do governo nesse quesito.

Do mesmo modo, outro problema encontrado ao tratar do conteúdo às crianças, é a complexidade dele como já foi dito. Estamos inseridos em um ambiente onde discutir tais temas já é uma barreira em si.

Em suma, a formação para a cidadania nos primeiros anos educacionais se revela significativo. Decerto, que o reconhecimento enquanto cidadão não fique apenas “no papel”, ou no ato de votar como é visto pelo senso comum. Romper a barreira de que os discentes pequenos não tenham condições de compreenderem tais temas também se faz imprescindível.

Com efeito, as práticas pedagógicas carecem serem revistas. Precisamos fazer do processo de ensino e aprendizagem um momento em que os alunos aprendam a pensar e questionarem sobre sua existência. Todavia, tudo dentro de suas capacidades intelectuais.

Com base no que foi supracitado, esta pesquisa visa a compreensão da temática educação para a cidadania, e seu processo de conscientização do mundo. No decorrer do texto será apontado fatores que auxiliam para a formação da cidadania, um conteúdo necessário para ser discutido nas práticas educacionais.

Esta investigação surgiu através de alguns questionamentos que obtive durante meu estudo na graduação, tive a oportunidade de conhecer e ler Paulo Freire. Ele foi um educador que revolucionou a educação brasileira, seus métodos de ensino contribuíram para o desenvolvimento de muitas pessoas.

Comecei ler suas obras, e aos poucos fui tendo outra visão de mundo. Sendo assim, apareceram algumas indagações sobre as situações que envolvem educação e a comunidade ao meu redor, repensei meus posicionamentos políticos enquanto ser humano ativo, obtive uma consciência crítica e reflexiva.

Desse modo, foi ocorrendo alguns questionamentos sobre política, educação e escola. E surgiu o problema que norteia esta pesquisa. A escola promove ao aluno uma formação que compreenda seu espaço como cidadão? Os professores dos anos iniciais do ensino fundamental discutem a cidadania com seus alunos? Como o discente dos anos iniciais do ensino fundamental compreende o termo cidadania? São esses questionamentos que configuram o problema da pesquisa deste Trabalho de Conclusão de Curso.

A partir dessas inquietações enquanto pesquisador, surgiu a ideia do objetivo principal desta pesquisa, que é: analisar a educação cidadã nos anos iniciais do ensino fundamental como ferramenta de transformação social.

Para tanto, elencou-se três objetivos específicos: Compreender o processo de

ensino e aprendizagem referente a cidadania, ressaltar a importância da educação cidadã como ferramenta de democratização e averiguar as estratégias utilizadas pelos professores para discutir cidadania com os alunos.

Portanto, este trabalho se justifica por essa necessidade que é tão cobrada no ambiente educativo e social. Procuramos meios que possibilitam de alguma forma contribuir para um ensino democrático, que visa a participação do aluno no contexto da coletividade mútua.

Essa monografia tem uma relevância, além de científica, também social. Vale ressaltar, que poderá promover interesse para outros pesquisadores poderem usufruírem, analisarem, questionarem e se aprofundarem ainda mais sobre o conteúdo.

Quando se pensa em cidadania muitos imaginam que este tema deve ser apresentado apenas a alunos mais experientes, queremos com este ensaio mostrar como é muito mais eficaz trabalhar esse assunto desde os anos iniciais de ensino fundamental.

2 UM BREVE CONTEXTO HISTORICO SOBRE CIDADANIA

Para alicerçar o texto precisamos voltar no passado, saber a realidade de como era as primeiras civilizações na Grécia, de que maneira esse grupo se organizava no seu território, e entender como era o procedimento de cidadania naquele período. A forma de como era o processo de civilização naquela época, se o ser humano tinha seus direitos adquiridos perante a cidade-Estado.

A história é fundamental para entendermos o nosso presente, por meio dela podemos analisar e interpretar os acontecimentos históricos de uma determinada época. E temos a oportunidade de pensar criticamente sobre as fontes históricas deixadas pelos homens, possibilitando uma análise reflexiva dos acontecimentos.

Entre os séculos IX e VIII a.C. as costas do mediterrâneo eram apenas o que poderíamos definir como uma área periférica, pouco desenvolvida que sofria a influência dos grandes Impérios estabelecidos nos vales de sua porção oriental, o chamado Oriente Médio. Esses séculos afastados de nós por quase três milênios, são cruciais na história da região. É um período de grandes transformações econômicas e sociais, quase uma revolução (PINSKY 2010, p. 31).

Com base no que foi citado, percebemos os primeiros índices de uma projeção humana na Grécia. As primeiras transformações sociais, começaram a ser desenvolvidas. Os primórdios da civilização da Grécia davam seus primeiros passos. O cidadão grego inicializou seu processo de pertencimento ao Estado, podendo ser um indivíduo na esfera política ou não.

Ser um membro de uma sociedade naquele período era complexo, pois “a cidadania antiga transmitia-se, idealmente, por vínculos de sangue, passados de geração em geração” (PINSKY 2010, p. 34). As pessoas que habitaram nesse território para sobreviver tinham que exercer atividades como: ferreiros, cerâmicos e artesãos de bronze. Esses serviços eram os mais comuns naquela época.

Com o passar do tempo, os números de indivíduos foram aumentando e conseqüentemente novas colônias foram formadas, a colonização estava instaurada. Os meios de convivência aos poucos foi mudando, com isso a dominação do homem estava em ápice, diante disso surgiu a participação de um grupo privilegiado para o pertencimento no espaço político.

A conquista da participação política assinala a entrada dessas cidades no seu período clássico. Longe de serem pacíficas, foram transições marcadas por crises agudas no seio das comunidades, resolvidas pela intervenção de um legislador - escolhido pela cidade-estado como mediador de seus conflitos - ou de um tirano que, com base no poder pessoal, rompia com as regras comunitárias e dissolvia as prerrogativas aristocráticas. As formas de participação criadas com o fim da aristocracia dependiam sobretudo, da

extensão e da força do médio campesinato em cada cidade (PINSKY 2010, p. 40).

Diante desses acontecimentos históricos, surge alguns pensadores para orientar a população, e entender a realidade social. Um dos maiores filósofos influentes naquele período foi o Aristóteles.

Ele escreveu inúmeros ensaios pertinentes falando sobre economia, política, filosofia e entre outros. Tinha uma visão diferente de mundo dos demais, com isso ele abordou diversos temas como o ato de questionar, criar opiniões diferentes sobre determinados fatos, situações que foram essenciais para o desenvolvimento social.

O seu pensamento intenciona que a sociedade necessita ter uma constituição. E a cidade deve ser governada por um Estado, “o governo em toda parte detém o poder soberano sobre a cidade, e a constituição é o governo” (ARISTÓTELES, 1997, p. 89).

O ser humano carece naturalmente das relações sociais para se desenvolver socialmente como indivíduo, uma vez que nascemos biologicamente humanos, mas nos humanizamos coletivamente por meio das interações sociais e culturais. Pela mesma razão, é crucial ter uma constituição de governo que regula as regras e obrigações para os indivíduos poderem viverem em comunhão.

Naquele período, tinham muitos entraves para se inserir na sociedade, e para terem os seus benefícios adquiridos era complexo e demandava muitas circunstâncias. Para uma pessoa poder exercer sua cidadania tinha que participar de funções públicas.

Isto é, exercer uma atividade que o Estado possibilita. Na visão de Aristóteles o homem tinha de governar ou ser governado para ser um cidadão na cidade. Ele afirma que o:

Cidadão, de um modo geral, é uma pessoa que participa das funções de governo e é governado, embora ele seja diferente segundo cada forma de governo; em relação à melhor forma, cidadão é uma pessoa dotada de capacidade e vontade de ser governada e governar com vistas a uma vida conforme ao mérito de cada um. (ARISTÓTELES, 1997, p. 194).

Percebemos que o homem tinha que passar por um fator político para poder exercer atividades no Estado, situações que eram normais naquela época. E as mulheres? Os idosos? Os escravizados? Os estrangeiros? Os pobres?

Era necessário fazer divisões para desenvolver a sociedade, naturalmente emerge o poder do homem sobre outro. Sujeitos que não eram consideradas cidadãos tinham que trabalhar para suprir as necessidades das pessoas que estavam no domínio. Grande parte da população foi esquecida e deixado de lado.

Nesse contexto, emergiu o lado sombrio do ser humano. A dominação começa

a ser instaurada e praticada. Aristóteles menciona que:

Mandar e obedecer são condições não somente inevitáveis, mas também convenientes. Alguns seres, com efeito, desde a hora de seu nascimento são marcados para ser mandados ou para mandar, e há muitas espécies de mandantes e mandados (ARISTÓTELES, 1997, p. 18).

O domínio do homem sobre outro está enraizado há muito tempo, o podersérvio estava inserido no ambiente social. O povo que não exercia funções políticas tinha a obrigação de prestar serviços para o cidadão que exercia poder na Grécia, e com esse acontecimento, o ser humano passou a ser governado por outro.

2.1 Conceito de cidadania na visão de alguns autores

Nesta perspectiva, devemos então, conceituar o que é cidadania, contudo devemos deixar esclarecido que ela se modifica em determinados contextos históricos e localidades. Existem alguns teóricos que abordam essa temática, dentre eles está o historiador Jaime Pinsky. Ele define:

Ora, cidadania enfeixa uma série de direitos, deveres e atitudes relativos ao cidadão, aquele indivíduo que estabeleceu um contrato com seus iguais para a utilização de serviços em troca de pagamento (taxas e impostos) e de sua participação, ativa ou passiva, na administração comum. Por essa definição (mesmo apressada e meramente funcional), se vê que cidadania pressupõe, sim, o pagamento de impostos, mas também a fiscalização de sua aplicação; o direito a condições básicas de existência (comida, roupa, moradia, educação e atendimento de saúde) acompanhado da obrigação de zelar pelo bem comum (PINSKY, 2011 p. 21-21).

Podemos dizer que cidadania é um conjunto de direitos e deveres que devem ser exercidos pelo cidadão que vive na sociedade, no que diz respeito a capacidade de intervir e usufruir de espaços e decisões.

Cada povo tem seu processo de democratização e sua burocracia a ser analisada, dessa forma determina seu contexto histórico e geográfico. O ser humano é diversificado e qualquer pessoa tem sua maneira de se comportar em meio a coletividade mútua. Entretanto, existem normas coletivas para viver em sociedade, cada ambiente tem suas regras para serem cumpridas.

O indivíduo participa de uma vida social com suas diversas peculiaridades, obviamente tem seus direitos, conseqüentemente seus deveres a serem cumpridos em meio a sociedade.

De modo geral, a concepção de cidadania considera como um cidadão aquele que é componente de um Estado-País. Essa premissa é encarregada desde o seu nascimento ou pela sua eventualmente naturalização, pois quando um imigrante se

torna legalmente indivíduo efetivo do país ele deve obedecer às suas leis impostas.

Obviamente as crianças não aprenderão sobre seu conceito amplo e complexo. Independente, acreditamos que inserir essa temática logo no início fará com que os alunos se tornem adolescentes mais conscientes, e assim adultos mais capazes de se reconhecerem como sujeitos de sua própria libertação.

[...] partindo do pressuposto que o fim básico da educação é a emancipação dos indivíduos, pode-se dizer que o papel da escola consiste em formar, e não meramente informar, os indivíduos. A formação assume o sentido de desenvolvimento das capacidades políticas, cognitivas e humanas dos indivíduos e de que, ao retornar à sociedade, possa ser materializada em forma de crítica histórica, de reflexão crítica e de ação social (MEDEIROS, 2006, p. 570).

Com base no que foi exposto até aqui, compreendemos que a todo tempo existe relações recíprocas entre educação e cidadania. Vale ressaltar que, temos a clareza que cidadania não se reduz somente a educação. Há toda uma conjuntura política que dificulta e problematiza a concepção sobre ela, e é um dos poucos caminhos eficazes a se chegar a ela é educação.

Educar para a emancipação humana, não é uma tarefa simples. Pois exige uma formação crítica e reflexiva das condições sociais as quais estamos inseridos, ou seja, compreender as relações extrínsecas, como dizia Paulo Freire (1986) "leitura de mundo".

Nos reconhecer como cidadão em uma sociedade que nega isso a todo tempo é difícil, nesse sentido consideramos que esse ensinamento deve ser iniciado desde na educação dos anos iniciais.

Partindo desse pressuposto, percebemos que o ser humano precisa ter sua própria conscientização de mundo. Adicionalmente, o homem necessita ser ativo e livre na sociedade. Não obstante, nem sempre esses elementos são adquiridos portodos.

2.2 Alguns aspectos de cidadania na Idade Média e a concepção de infância

A Idade Média começou no ano de, 476 d.C. e teve seu término em 1453 d.C., o sistema era composto pelo feudalismo, os nobres eram os detentores do poder naquele período. Existia uma hierarquia onde os senhores feudais determinavam as obrigações para os camponeses, e a igreja comandava o agrupamento religioso, a sociedade estava dividida em três agrupamentos.

A primeira foi a nobreza, classe rica que tinha os domínios da terra, esse grupo de pessoas eram privilegiadas, pois possuíam grande parte do controle sobre o povo. A segunda é o clero, indivíduos que tinham missões religiosas, eles desfrutavam fortunas

e propriedades. Terceira e última classe são os camponeses, seres humanos que sustentavam a sociedade feudal, pessoas que labutavam e pagavam impostos para sobreviverem (HUBERMAN, 1981).

O feudalismo era constituído pela estruturação de bens econômicos, nesse sentido essa forma de convivência estava centrada nas terras. A agricultura estava veemente, desse modo era preciso mão de obra, e com isso surge os vassallos, indivíduos que eram submetidos a ordens dos senhores feudais, isto é, camponeses que trabalhavam horas e horas para garantirem suas sobrevivências. Nesse contexto, podemos afirmar que o sistema de coletividade estava dividido, e a organização estava composta pela exploração do ser humano. Os donos das terras deixavam os agricultores em suas propriedades, permitindo que eles pudessem cultivar e cuidar do solo.

Vale salientar, que a criança convivia nos mesmos espaços que os adultos, não existia o conceito de infância nessa época. Elas ficavam expostas como seres maduros.

O historiador Philippe Ariès se debruçou em pesquisas medievais, dentre suas investigações o pensador começou a explorar o processo de infância na Idade Média, deixou várias contribuições para o mundo.

Sendo assim, ele aponta:

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo (ARIÈS, 1986, p.50).

Na Idade Média as crianças eram vistas como pequenos adultos, a fase da infância na sociedade e na família era curta, ou seja, praticamente não existia. Parece algo absurdo, porém é a realidade. Precisamos compreender que naquele tempo era comum meninos e meninas exercerem atividades mais rígidas perante seus aspectos físicos e intelectuais.

Nessa época, as pinturas retratavam muito como se dividia a sociedade medieval, existem diversas imagens de famílias nobres, pessoas trabalhando no chão fértil, e o clero pregando seus ensinamentos a todos. São fontes históricas reproduzidas pelo ser humano, possibilitando uma visão reflexiva desse período.

Como já foi mencionado no texto, os menores tinham aspectos de pessoas mais desenvolvidas, “a criança é representada com o traje peculiar à sua idade, de vestido e touca, como a criança da descida da cruz do quadro de Toulouse” (ARIÈS 1986, p.60).

É notório que aconteceram transformações com relação à infância, cada época teve seu desenvolvimento e sua forma de estruturação. A organização medieval era voltada para a nobreza, a infância não era vista como hoje, a criança não tinha direito a nada, seu papel no mundo era vago, sem pretensão alguma.

É evidente que, para um ser humano se tornar um adulto ele deve passar pela infância, entretanto percebemos que esse tipo de pensamento não era aderido no passado. No decorrer dos anos muitos pesquisadores realizaram pesquisa sobre infância, que por sua vez tem contribuído sobretudo o contexto educacional.

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CRIANÇA E O PROCESSO DE CIDADANIA NO BRASIL

Historicamente, dependendo do grupo social a criança e o adolescente viveram as margens da violência, punições e maus tratos. A sociedade não enxergava os pequenos como sujeitos de direitos, a história nos fomenta essa afirmação.

Estamos em constante transformação, a comunidade passa por várias modificações ao longo do tempo. No Brasil, hoje a criança tem seus direitos garantido por lei, ela tem autonomia para poder expor seus pensamentos, não é mais um indivíduo considerado como um mero objeto em tempos passados.

O reconhecimento de infância passou por muitos percalços, em tempos de outrora as crianças brasileiras não tinham privilégios, o Governo colonial não se preocupava com a qualidade de subsistência dos menores, muitos menos com problemas sociais.

Na época da colonização, “as Câmaras Municipais deveriam se encarregar da criação dos “enfeitados” ou “exposto” até que eles completassem 7 anos de idade” (CAMPOS 2012, p.9-10). Todavia, muitas das localidades não existiam câmaras e com isso a mortalidade infantil era constante.

Os governantes permitiram que o conselho também investisse nas Santas Casas da Misericórdia, esse lugar era destinado as pessoas mais necessitadas, tinha como finalidade de cuidar, fornecer alimentos, propor um acesso a vida novamente para aquele ser humano que estivesse sem condições de existência.

“Expostos”, “enfeitados”, “deserdados da sorte” ou da “fortuna”, “infância desditosa” ou “infeliz” foram denominações de uso corrente no Brasil Colônia, Império e mesmo nas primeiras décadas da República, referindo-se aos recém-nascidos deixados nas ruas, praças e praias, ou nas portas das casas e Igrejas. Para eles destinou-se a Roda dos Expostos (ARANTES, 2020, p. 360).

As Santas Casas tinham a roda dos expostos, um artefato que tinha como objetivo “acolher” os sujeitos desamparados, a criança era colocada em uma caixa de cilindro giratória, fazendo com que as pessoas adultas pudessem adotar esses menores. A mortalidade infantil era alta, pois eles passavam dias nessas circunstâncias caóticas, uma desumanização horrenda.

O Brasil colônia passou por muitos acontecimentos que não levava em consideração a essência humana, o adolescente do Império passava por várias punições rigorosas. Os colonizadores possuíam a maldade em seus corações, faziam de tudo pela ganância e poder. Em meados do ano de 1822 ocorre a Independência do Brasil, o país passa a ter suas próprias leis, uma nova forma de convívio social

estava sendo implementado.

3.1 Criança e o trabalho nas indústrias

Com o advento da urbanização, ocorreram inúmeras alterações no setor econômico, cultural, social e político, as famílias precisaram se deslocar para as cidades, nisto a população foi crescendo em grande escala. Por esta razão foi necessário a inserção de crianças e adolescentes para trabalharem nas fábricas.

Essas mudanças ocorriam influenciadas pela passagem do império à república e da sociedade escravocrata à organização da sociedade livre e de trabalhadores, período vinculado ao despertar do sentimento de nacionalidade e ao início da industrialização do país (PEREZ; PASSONE, 2010, p. 653).

Nesse contexto, ocorreu a transição da industrialização para as cidades urbanas, em vista disso ocasionou marcas catastróficas para sociedade. Dessa forma, foi preciso inserir crianças e adolescentes para trabalharem nas indústrias, eles eram contratados em vários serviços onde passavam horas e horas trabalhando, a mão de obra infantil estava muito presente nesse cenário.

Os capitalistas contratavam esses menores para pagarem uma remuneração inferior aos adultos, o ambiente de trabalho era escasso de segurança e higiene. Priore afirma:

Em uma manhã paulistana de novembro de 1913, Arnaldo Dias morria instantaneamente, em plena adolescência, antes mesmo de iniciar o trabalho em uma fábrica de tecidos de juta. Um dos fios elétricos havia se rompido durante a madrugada, caindo sobre um telhado de zinco que se comunicava com o cano de esgoto do estabelecimento. Arnaldo estava entre um grupo de pequenos trabalhadores, esperando para entrar na fábrica e recebeu violento choque ao tocar no cano que, junto ao portão, havia se transformado em perigo iminente (PRIORE, 2010 p, 314).

Corroborando com Priore, percebe-se que os menores não tinham direito a simplesmente nada, as condições de serviço eram horríveis, aconteciam diversos acidentes envolvendo as crianças, os oprimidos tinham que labutar para poder sobreviver nesse contexto horrendo. Vale ressaltar, que a participação dessas crianças nas fábricas tinha um teor muito relevante para os proprietários das indústrias, visto que o valor fornecido pelo trabalho era baixíssimo.

Nesse panorama conturbado, havia algumas manifestações por parte da sociedade em decorrência deste trabalho exacerbado com relação a esses menores.

Nessa perspectiva conflituosa com inúmeras reivindicações, os operários lutavam por melhores condições de vida, leis trabalhistas, melhorias do espaço de serviço, salário digno e inúmeras outras reclamações. Dentre elas a proibição do trabalho infantil, contudo não obtiveram êxito nesse período (CAMPOS, 2012).

Em 1932, no Governo de Getúlio Vargas, ele estabeleceu uma idade mínima para os adolescentes poderem trabalhar no sistema fabril, que era de quatorze anos. Devido a esse fato surgiu a “Constituição de 1934 determinou a proibição do trabalho de menores de 14 anos, mantida pela Constituição do Estado Novo, em 1937” (CAMPOS 2012, p. 12).

Aos poucos o reconhecimento de cidadania para as crianças estava se introjetando no Brasil. Um novo olhar para essa classe estava surgindo, permitindo que os menores pudessem se desenvolver em sua plenitude, garantindo seus

direitos perante o Governo, construindo sua personalidade de uma forma mais harmoniosa, fraterna e significativa. Logo, esse cenário ficou constituído por transformações na sociedade brasileira, promovendo um olhar mais humano perante esses sujeitos.

O século XX foi marcado por várias mudanças no Brasil, aconteceu inúmeros fatos históricos, como a ditadura militar. Esse fator foi muito prejudicial para o processo de cidadania, pois era uma forma de organização autoritária, o sistema não ouvia o povo, a democracia não existiu entre os anos de 1964 e 1985.

Após esse período de terror e atraso, o território passou a ter um pouco mais de liberdade de expressão, além de poder reivindicar sobre seus direitos perante o governo, um marco para a sociedade.

3. 2 Criação das leis em prol da criança e adolescente

A partir de muitas lutas, no decorrer dos anos, em 1988 com o advento da atual Constituição Federal os direitos da criança e do adolescente foram mais fortalecidos. Sendo assim, foram elaboradas políticas públicas voltada para esse grupo, podendo garantir sua cidadania enquanto pertencimento de um Estado.

Em resumo foi um acontecimento relevante para a população brasileira, os direitos foram estabelecidos e a dignidade reintegrada. Uma vez que a Constituição Federal de 1988 conhecida como Constituição Cidadã, um dos seus artigos diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta propriedade, o direito à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocar a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Art^o 227).

Com a execução deste artigo os menores ficaram a proteção da família e do Estado, nesse contexto foram elaboradas diversas leis em defesa da criança e adolescente. Ademais, muitos estudos foram e ainda estão sendo desenvolvidos para

promover a cidadania para esse grupo.

Foi promulgado em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. A criação dessa legislação foi posterior as demandas de práticas sociais, que se manifestaram de diversas maneiras, como: movimentos sociais, comunidades, os/as militantes, educadores(as) religiosos(as), os/as especialistas, instituições apoiadas em convenções nacionais e internacionais que juntaram forças. Houve uma formatação de uma legislação inovadora, que despertou olhares de outras nações, que após três décadas ainda inspira outros países à priorizar direitos fundamentais de crianças e adolescentes (KROMINSKI; LOPES; FONSECA, 2020, p. 32).

Esse reconhecimento de cidadania se deu por várias manifestações por parte das populações, em decorrência do autoritarismo exacerbado do Governo anterior. As políticas públicas começaram a ganhar espaço, os direitos foram estabelecidos, e esses menores voltaram a ter um pouco mais de liberdade.

O ECA foi um marco, essa lei possibilitou os direitos da criança e do adolescente, sujeitos que passaram por muitas situações trágicas na história. Esse novo olhar para essa classe infantojuvenil, desencadeou uma gama de novas possibilidades, como: educação, saúde, proteção e assistência do Governo. De acordo com a Lei nº 8.069/1990 em um dos seus artigos diz:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (FEDERAL, 2017, p.10).

Reiteramos que essa Lei, juntamente com os seus artigos foram primordiais para um bom desenvolvimento intelectual, físico e social dessas crianças e adolescentes. Por meio dessas situações seus direitos foram assegurados, fazendo com que eles possam viver de uma forma mais humanizadora, gozando de suas qualidades e potencialidades enquanto seres humanos participativos dos seus respectivos ambientes.

A educação passa a ser um elemento essencial no desenvolvimento desses indivíduos, ela permite uma visão de mundo mais autônoma, garantindo nossas perspectivas de vida. O ciclo social é diversificado, aprendemos com o outro, e o ensino favorece essas situações.

As vantagens da educação para indivíduos, sociedades e Estados são extensamente reconhecidas, pois, entre suas múltiplas potencialidades, ela permite o desenvolvimento de habilidades pessoais e a construção de conhecimentos que são fruto da herança cultural de um povo e do conjunto da humanidade. Esse desenvolvimento individual traz benefícios para a coletividade, pois quem tem acesso à educação formal compartilha ideias, valores e comportamentos socialmente desejáveis e dispõe de melhores

oportunidades de buscar meios para assegurar a própria sobrevivência e de participar de modo produtivo e construtivo da vida social. (CAMPOS, 2012, p.57).

A autora deixa bem claro que o indivíduo precisa de um suporte educacional para poder desenvolver suas habilidades peculiares, uma sociedade necessita de sujeitos pensantes para ter uma desenvoltura estrutural de qualidade para todos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é uma legislação que tem como principal fundamento conduzir a educação brasileira. A Lei nº 9.394/1996 no seu artigo 1ª menciona:

Art. 1ª A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (FEDERAL, 2023, p.8).

Percebemos que o ensino é essencial no processo de desenvolvimento do indivíduo, e ele deve ser destinado para todos, sem distinção de ninguém, ele possibilita o acesso ao conhecimento, garantindo uma vida de qualidade e possibilitando o exercício dos seus direitos e deveres na sociedade.

No artigo 22ª da LDB ela aponta:

Art. 22ª A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (FEDERAL, 2023, p.19).

Corroborando com o artigo, é notório que a educação tem sua relevância para a sociedade. O ensino fundamental dos anos iniciais proporciona esse primeiro impacto educacional com o educando, garantindo uma abordagem mais reflexiva para os acontecimentos ao seu redor. O professor carece de o suporte necessário para a desenvoltura do aluno, cabe a ele saber agir pedagogicamente com a turma, despertando seus conhecimentos e habilidades educacionais.

Atualmente, o direito de aprender passa a ser de todos, independentemente de condições econômicas. O ensinar passa a ganhar espaço, na qual considera as especificidades de cada ser humano.

Do mesmo modo, devemos considerar que a educação fundamental dos anos iniciais tem um papel significativo na construção da cidadania, ela é marcada por um momento em que os alunos obtêm uma linguagem mais complexa, formam a imaginação e iniciam novos convívios sociais. O professor precisa assumir sua responsabilidades neste recinto:

Para nós, educadores, esse dever é ainda maior e acarreta várias responsabilidades, como estarmos atentos à condição de vida dos alunos, para

percebermos se suas necessidades básicas são satisfeitas; atuarmos em parceria com a família, a escola e outras instituições sociais encarregadas de promover o bem-estar da criança; procurarmos oferecer, permanentemente, uma educação pautada na ética, servindo nossa conduta de modelo; formamos alunos conscientes, que possam buscar o próprio bem-estar e o da coletividade.(CAMPOS, 2012, p.4).

Segundo a autora, o reconhecimento da grande responsabilidade que o professor dos anos iniciais carrega é essencial para garantir uma aprendizagem eficaz aos alunos. Nessa concepção de formar homens e mulheres livres, pensantes e sensíveis. Acreditamos que essa formação se inicia na educação fundamental dos anos iniciais.

Antes de adentrar aos dias atuais, é necessário conhecer alguns aspectos de cada componentes que tem um papel essencial na formação humana, o processo de ensino e aprendizagem surgiu desde a existência do ser humano, conhecimentos que foram repassados por inúmeras gerações.

4 EDUCAÇÃO, ESCOLA, EMANCIPAÇÃO HUMANA E FORMAÇÃO DOCENTE

Nesta sessão, irei analisar quatro fatores que fornece ativamente a cidadania, elementos que fazem diferença na construção do ser humano. Irei discutir sobre educação, escola, libertação humana e por último a formação dos educadores. Esses quatro assuntos são complexos e requerem muita atenção.

4.1 Educação

Educação sujeito e sociedade estão imbricados no decorrer da história humana, uma vez que existe a educação informal desde os homens primitivos. E assim diversas instituições em diferentes momentos se responsabilizaram pelo processo de formação humana e o processo de educar, como: as famílias, as tribos, a igreja etc. Com o surgimento das classes, surge também a escola, assim a educação foi dividida, a escolar para atender os proprietários das terras, e aos não proprietários, seguiu a educação no próprio processo do trabalho (SAVIANI, 1997). Com o advento da sociedade moderna capitalista burguesa, e o processo de exploração do capitalismo, a educação escolarizada que a priori servia a pequenos grupos privilegiados, passou a ser solicitada também por grande parte da população, que veem nela uma forma de ascensão social e econômica, embora dividida. A partir de então a educação escolarizada é cobrada cada vez mais, sobretudo a qualificação profissional.

O ensinar e aprender está presente em toda etapa da vida humana, o ciclo familiar fornece os primeiros ensinamentos para a criança. Desta maneira, ela vai aprendendo a ser desenvolver enquanto ser humano ativo, o processo de identidade começa a ser concebido a partir dessa fase.

Educação escolar é algo que demanda muito estudo para se ter uma compreensão apurada, uma vez que o processo educativo no geral envolve decisões políticas acerca da sociedade. O ensino precisa ter uma tendência progressista e humanizadora e não autoritária e repetitiva. Ela pode ser percebida e construída em vários contextos, em suma ela se faz presente em todos os aspectos sociais.

Podemos ensinar e aprender em diversos meios, não propriamente nas instituições. A educação se constitui através da práxis, que é a teoria e prática, nesse sentido ela carece ser transformadora. O ser humano é um ser social, e os meios para viver em grupo requerem conhecimentos.

Embora, esse conhecimento pode ser benéfico ou maléfico para a comunidade. Brandão menciona que:

A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade (BRANDÃO, 2003, p. 10).

Devemos ter como meta, um aprendizado voltado para a educação cidadã. Possibilitando formas de conhecimentos que ajudam no processo de socialização mútua e respeitando as opiniões do outro.

Quando falamos em educação, podemos perceber que ela é um fato essencial para a desenvoltura de uma sociedade. Ora, ela é a base do ser humano, um homem sem educação não consegue viver socialmente. Por isso, que esse assunto é necessário ser discutido na academia.

O renomado professor e escritor Paulo Freire em um dos seus livros que se denomina educação como prática de liberdade, destaca a importância de um ensino conscientizador e responsável. Freire afirma que:

Propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre o seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição. Uma educação que lhe propiciasse a reflexão sobre o seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção. Educação que levasse em consideração os vários graus (estes vários graus dentro do condicionamento histórico-cultural da intransitividade de consciência para a transitividade ingênua) de poder de captação do homem brasileiro da mais alta importância da sua humanização (FREIRE, 1967, p. 67).

Introjetar um ensino emancipatório requer conhecimento do seu contexto social e histórico. Tendo em vista conhecer a realidade do educando, saber o sistema que ele está inserido para poder criar metodologias ativas para o desenvolvimento desse aluno.

Diante dessas afirmações, podemos nos perguntar, qual o papel da educação para a formação da cidadania? Pois bem, é sabido que a educação vem sendo praticada há bastante tempo, basicamente, com um único intuito de adquirir conhecimentos.

Dessa forma, no espaço escolar ensina-se tudo o que está relacionado ao conhecimento, à instrução, as técnicas, e as metodologias. Por conseguinte, é nesse ambiente que a princípio os alunos vão aprender português, matemática, física, química, geografia, história e uma sequência de outras disciplinas do currículo educacional.

Interessam em fazer os alunos aprenderem as regras, mas não ensinam a

serem cidadãos. Não queremos dizer que este tipo de conhecimento não seja importante, mas ensinar apenas isso torna o ambiente escolar um lugar distante da cidadania.

Dela o aluno pode sair como uma verdadeira enciclopédia, com informações sobre quase tudo. Quase tudo, pois a questão central do processo educativo do ponto de vista pedagógico, a formação do ser humano, termina por ficar esquecida num canto qualquer da sala de aula. A dicotomia existente entre conhecimento e vida salta aos olhos. O que se aprende na escola parece não se relacionar com a vivido: o que é pior, o aluno, esta criança que tem na escola um dos seus primeiros passos desocialização, passa por esta instituição parte de sua vida e com raras exceções recebe uma formação que vise o seu desenvolvimento enquanto pessoa e cidadão (CAVALCANTI, s/d p. 03.).

Com base no exposto, ressaltamos a importância de não esquecermos que enquanto humanos somos seres sociais e políticos. Homens e mulheres são os únicos capazes de transforma-se enquanto transformam a natureza. Por este motivo, não precisamos apenas do conhecimento técnico, mas o conhecimento de mundo que nos ajude a construir relações sociais capazes de construir uma sociedade mais humana.

O ser humano começa a se relacionar com outros corpos, irá perceber que existe direitos e deveres na sociedade. Dessa forma, a cidadania tem que ser construída e aperfeiçoada. O ensino vai produzindo um espaço importante na desenvoltura desse ser humano.

Diante dessa concepção, percebemos que o ensinar se faz presente em todo âmbito social. Nessa perspectiva podemos afirmar que “a educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar e aprender” (BRANDÃO, 2003, p. 26).

O desenvolvimento de uma criança, está interligado no meio social, ela precisa ter um suporte para viver em coletividade.

Vista em seu voo mais livre, a educação é uma fração da experiência endoculturativa. Ela aparece sempre que há relações entre pessoas e intenções de ensinar e aprender. Intenções, por exemplo, de aos poucos "modelar" a criança, para conduzi-la a ser o "modelo" social de adolescente e, ao adolescente, para torná-lo mais adiante um jovem e, depois, um adulto. Todos os povos sempre traduzem de alguma maneira está lenta transformação que a aquisição do saber deve operar. Ajudar a crescer, orientar a maturação, transformar em tornar capaz, trabalhar sobre domar, polir, criar, como um sujeito social, a obra, de que o homem natural é a matéria-prima (BRANDÃO, 2003, p. 24).

O conhecimento precisa ter uma intencionalidade, ser algo produtivo para a criança, fazer com que ela possa ser um cidadão de boa conduta na sociedade, tendo em vistas pensamentos e autônomos e decisões próprias.

A educação necessita ser emancipatória, visto que ela tem um aspecto que visa orientar criticamente o aluno e pode fornecer subsídios para a reflexão, fazendo com

que ele tenha consciência política, econômica e social do espaço que esteja inserido.

4.2 Escola

A escola se faz presente nessa linha de construção de saberes, é nesse espaço que o aluno começa a dar seus primeiros passos separados do ambiente familiar. Podemos dizer que a inserção da cidadania começa a ser desenvolvida e aprimorada no sistema educacional, um momento muito significativo na vida do aluno.

Reiteramos que ela tem uma função social relevante com relação ao desenvolvimento do alunado, por se tratar que ela aborda aspectos científicos e sociais. Elementos que são primordiais para o progresso do discente.

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem organizar-se a partir dessa questão (SAVIANI, 2011, p. 14).

O discente antes de adentrar na escola já tem saberes prévios, o docente deve ter esse aspecto em mente para assim efetuar uma educação de qualidade. O instituto, juntamente com a equipe pedagógica necessita ter essa consciência em relação aos saberes eruditos das crianças, para assim poder trabalhar os conteúdos curriculares de uma maneira eficaz.

A formação para a cidadania nos primeiros anos de ensino fundamental tem uma relevância enorme para o educando, pois, é na escola que ele irá ampliar seus horizontes enquanto ser ativo no grupo social. Nessa perspectiva, desde cedo a criança começa a enxergar o mundo com outro viés.

A criticidade se faz presente, o seu intelecto já tem posicionamentos políticos e opiniões próprias. E é isso que queremos enquanto formadores de sujeitos para conviver na sociedade, uma educação libertadora e emancipatória, pessoas que possam intervir no seu espaço de convivência, e ter sua autonomia para tomar suas próprias decisões.

Nesse convívio ela vai criando sua própria personalidade, podendo exercer atividades que possibilitem sua intervenção nos afazeres pedagógicos, garantindo assim seu protagonismo no âmbito social.

A criança vivencia, nesse período, uma ampliação de seus espaços de convivência, antes restritos aos ambientes domésticos e familiar e aos locais públicos e privados que frequenta na companhia dos responsáveis e de pessoas a elas relacionadas. (CAMPOS, 2012, p.20)

Desse modo, a criança irá perceber que existem outras pessoas ao seu redor, pensamentos diferentes, culturas que ela não está acostumada. Sendo assim, a

escola é um ótimo ambiente para ser trabalhado a formação para cidadania.

O aluno de modo geral, quando começa a frequentar a escola cria laços de afetividade com outros sujeitos, seu aspecto cognitivo começa a criar momentos de responsabilidade e aprendizado. Ele vai percebendo que existe o coletivo, a atenção não vai estar centrada nele, existe o outro.

E para viver em sociedade o aluno deve saber que existe direitos e deveres, “todo esse processo diz respeito à formação da identidade e à construção da cidadania, que ocorrem simultaneamente e guardam estreita ligação ente si”(CAMPOS, 2012. p.20).

A escola é um lugar que possibilita essa construção, ela fornece subsídios para o ensinamento humanizador. A criança que até então se via no convívio domiciliar, se depara agora com outras obrigações. Percebe que existe outros indivíduos ao seu redor, e com isso vai percebendo que agora vai ter algumas atribuições que antes não tinha. Desse modo, ela irá ter a consciência de que vai participar de grupos de pessoas e realizar atividades em grupos.

Essas primeiras questões sociais possibilita a desenvoltura enquanto ser cidadão, atividades que a escola proporciona e que fazem toda a diferença na construção de um espaço coletivo. “Essa consciência obviamente traz implicações para a percepção de seu protagonismo nas situações cotidianas de convívio social” (CAMPOS, 2012. p.20).

Como mencionamos, podemos perceber que a escola é um espaço rico em aprendizagem. Nessa conjetura, o aluno começa a ser crítico e responsável, sabe que tem hora para chegar e sair da instituição, que tem os seus momentos de fazer atividades, e a hora do lazer.

A escola é um espaço que tem como foco principal a aprendizagem cognitiva e física dos alunos. É um local que deve existir interação com os professores, porteiros, diretores, auxiliares de serviço gerais e todo o coletivo pedagógico, dessa forma o educando cria elos de interações com outros indivíduos e:

Por meio das experiências compartilhadas na escola, a criança cria laços afetivos com a comunidade e com os integrantes do ambiente escolar. Ao tomar parte de vivências e estabelecer relações pessoais, ela se sente pertencente ao meio, passando também a partilhar memórias, percepções e expectativas com outros integrantes da comunidade escolar. Como membro dessa coletividade, a criança percebe que existem relações de dependência entre os diferentes indivíduos, que, em maior ou menor grau, definem os acontecimentos ou neles interferem (CAMPOS, 2012. p.20).

A criança deve ter a convicção que esse local tem direitos e deveres a ser exercido por todos, e ela se torna um agente nesse processo. Por mais que pareça simples, mas falar sobre essas questões é algo sério e pertinente. A instituição

prepara pessoas para agirem na sociedade, e precisamos colocar a cidadania em vigor.

Devemos deixar claro que a escola sozinha não irá formar pessoas de boa índole, a família possui um papel essencial nesse aspecto. A criança antes de adentrar na escola tem uma bagagem, ela já aprendeu muitas informações básicas de convivência. A sua personalidade já vai estar em pleno vigor e carece ser desenvolvida.

No instituto, o aluno vai aprender a ser sociável, uma gama de atribuições vai ser inserida nesse sujeito. Desse modo, ele irá perceber que tem direitos e deveres para ser praticado em grupo de pessoas, com isso o educando irá promover sua autonomia e participação ativa nas decisões cotidianas. Logo, sua consciência de mundo vai ser desenvolvida, possibilitando o seu protagonismo na sociedade (CAMPOS, 2012).

A construção de um ser humano pensante e autônomo requer trabalho e diálogo, muitas pessoas devem estar envolvidas nesse processo. Família e escola necessitam andar juntas para aderir esse desenvolvimento no sujeito. Isto é, preparar o cidadão para viver em coletividade.

Por isso, a escola é essencial nesse processo de construção, tendo em vista que ela almeja o preparo do aluno a viver em comunhão com o outro. Possibilitando meios para o diálogo, questionamento, intervenções políticas no âmbito escolar e social, autonomia, criticidade, liberdade de expressão e ciente que existe direitos e deveres na instituição.

Promover esses aspectos irá gerar uma educação cidadã, permitindo um meio favorável para transformar um ambiente mais igualitário, responsável e justo para todos os indivíduos. Sendo assim, uma educação libertadora, voltada para a formação do aluno.

Esses elementos são essenciais para a formação de um sujeito apto para viver em comunidade, o instituto deve fornecer esses fatores para o aluno. Quando eu menciono a escola me refiro a todos os participantes que trabalham nesse espaço, visto que esses funcionários têm uma responsabilidade significativa para o aprendizado do discente.

É notório que trabalhar com educação e formar indivíduos requer estudo e cientificidade. Estamos inseridos em um sistema complexo, e cheio de demanda social, a cada ano, mês, semana e dia, acontece algo novo. O tempo muda constantemente e precisamos estar aptos a essas mudanças.

O processo de ensino e aprendizagem não é estático e nem individual, ele exige uma abordagem comunitária e científica, visto que a educação é algo para ser

construído e aprimorado em conjunto, uma vez que essa possibilidade seja feita uma nova geração de pessoas se desenvolvem no mundo, e com isso seres ativos começam a ter sua libertação.

Em conformidade com Cortella ele aponta que a:

Educação é um processo coletivo, o projeto pedagógico do conjunto da escola tem de levar isso em conta. Se eu tentar me proteger individualmente ou tentar resolver por conta própria, eu fragilizo o espaço escolar coletivo. Se eu não trazer isso como um tema para o nosso trabalho, isso inviabilizará uma das tarefas da escola, que é a formação científica, isto é, conteúdos de base científica; eu preciso lidar concomitantemente com conteúdos de formação ética, de convivência, de valores, portanto, de formação, e não apenas de informação (CORTELLA, 2015. p. 46).

Por conseguinte, a escola tem um aspecto significativo, tendo em vista que ela concebe a formação ética, profissional, e em consonância gera o cientificismo. Percebemos que esses elementos estão interligados na construção da identidade humana. Podemos dizer que essas bases são como correntes que estão interligadas umas com outras.

4.3 Emancipação humana

Existem muitos autores, pesquisadores que discutem sobre educação na perspectiva da emancipação humana, no entanto nossa reflexão sobre esta temática está voltada principalmente para as ideias de Paulo Freire.

A educação libertadora é um elemento imprescindível para a sociedade poder se desenvolver de uma forma fraterna e igualitária, deste modo os sujeitos poderão desfrutar sua emancipação.

A criticidade tem um papel essencial na vida humana, ela proporciona uma compreensão a respeito da realidade do indivíduo, estamos inseridos em um sistema que não prioriza tais elementos.

Certa vez, em um desses cursos, de que fazia parte um homem que fora, durante longo tempo, operário, se estabeleceu uma dessas discussões em que se afirmava a "periculosidade da consciência crítica". No meio da discussão, disse este homem: "Talvez seja eu, entre os senhores, o único de origem operária. Não posso dizer que haja entendido todas as palavras que foram ditas aqui, mas uma coisa posso afirmar: cheguei a esse curso ingênuo e, ao descobrir-me ingênuo, comecei a tornar-me crítico (FREIRE, 2019 p. 31-32).

Podemos perceber importância deste fator para a consciência humana, a emancipação pode quebrar inúmeros paradigmas, principalmente quando existe a condição de opressor e oprimido. Devemos almejar uma percepção crítica de mundo, não submeter a alienação. Neste sentido, é isso que Paulo Freire quer nos ensinar,

sujeitos que possam manifestar suas escolhas políticas, educacionais, sociais, indivíduos autônomos e pensantes que possam intervir nas decisões da coletividade mútua.

Para suceder essa possibilidade, o professor precisa ter o entendimento da realidade dos seus alunos, trazer situações do seu cotidiano, realizar atividades que eles possam interpretar e tirar suas próprias conclusões, isto é, situações que eles têm entendimento e possam praticar intervenções.

Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos, vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação (FREIRE, 2019 p. 79).

Um educador comprometido com sua profissão, necessita ter essa concepção, precisa trazer situações que os alunos já tenham experiências, efetivar um ensino voltado para os saberes do educando, com isso o processo de entendimento vai ser mais significativo e completo.

Um ponto a ser analisado quando se fala em realidade dos alunos é a concepção de alienação, estamos em contante transformação, o contexto histórico se modifica, a humanidade passa por vários processos de construção de saberes.

Um educador compromissado com educação deve instigar seus alunos, promover debates, propiciar fatos de sua realidade, promover uma educação

libertadora, fazendo com que eles possam interpretar os acontecimentos ao seu redor. “A sociedade alienada não tem consciência de seu próprio existir. Um profissional alienado é um ser inautêntico. Seu pensar não está comprometido consigo mesmo, não é responsável” (FREIRE 2020, p. 45).

Por isso, reintegro que educação é um ato político, o professor está inteiramente relacionado a formação do educando, e não é sensato formar indivíduos alienados para viver em sociedade. Precisamos ter uma concepção voltada para a intervenção dos acontecimentos ao nosso redor, promover diálogos entre os discentes, fazer com que eles sintam a certeza de que eles são agentes de um Estado, ou seja, uma educação voltada para a emancipação.

Desta forma, temos a plena consciência que o ensino precisa ter uma concepção do contexto social do aluno, trazendo elementos que eles tenham consciência, possibilitando uma educação mais sólida e produtiva.

Na percepção de formar sujeitos críticos devemos “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE 2019, p.47). Ainda temos uma educação reprodutora e alienante, desta maneira não promove a emancipação e nem a libertação dos

indivíduos, por consequência o ensino irá ser alienado, sem criticidade, sujeitos que não poderão interpretar os fatos ao seu redor.

Discorrer sobre cidadania e educação libertadora é um elemento imprescindível para a humanidade, estamos em constante transformação, somos sujeitos históricos. Precisamos ser protagonistas no nosso ambiente, indivíduos que possam falar, expor suas ideias, analisar situações políticas que o cerca, realizar atividades voltada para o exercício pleno da cidadania. Esses exemplos são fatores essenciais para um bom desenvolvimento de uma sociedade, situações que podem ser compreendidas desde a educação básica, mais precisamente no ensino fundamental dos anos iniciais.

O diálogo tem uma função bem relevante nesse processo de democracia, Freire pontua:

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise falar a ele (FREIRE, 2019 p111).

Valer salientar, que a democracia está aberta para a conversa. O processo de ensino e aprendizagem para ser constituído de uma forma eficaz precisa existir a participação dialógica do professor e aluno. O educador não é detentor dos saberes, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE 2019, p. 25).

Percebemos o tão quanto o diálogo é relevante, é uma maneira de criar possibilidades de aprendizagens, nesse sentido o ambiente vai ser propício para uma educação de qualidade e humanizada.

O educador é essencial no processo de desenvolvimento da criança, ele tem a missão de construir conhecimentos com os alunos, a respeito do papel do professor em sala de aula Paulo Freire afirma:

O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgrede os princípios fundamentais éticos de nossa existência (FREIRE ,2019, p.58).

Ele menciona que o professor deve oferecer uma certa liberdade para o aluno com o objetivo de poder ter sua autonomia na sociedade, tendo um pensamento crítico, democrático, formulando suas próprias decisões. Freire destaca a importância da liberdade no convívio escolar, através dessa medida a criança se torna um jovem

reflexivo e com mais poder de decisão.

Toda criança tem direito a educação, ela é a base da nossa comunidade, por isso devemos orientar os primeiros passos desse conhecimento extremamente complexo.

Para uma população poder se desenvolver com prosperidade precisa de uma base educacional organizada, e a escola é a ferramenta fundamental para isso. Para orientar um educando ele carece de uma estrutura adequada e um ambiente amigável e bem cuidado, essas são medidas cruciais para se construir uma cidadania digna.

A escritora Helena Guimarães frisa alguns aspectos educacionais sobre a cidadania, discorre sobre seus direitos e deveres e ressalta a importância do indivíduo enquanto a formação para ela.

No tocante a formação para a cidadania, são relevantes as consequências para o indivíduo, a sociedade e o Estado do respeito ou da negligência do direito da criança à educação, já que esta é condição necessária a qualquer pessoa para que conheça seus direitos e deveres e se instrumentalize para lutar pelas suas garantias da plenitude e de sua cidadania. Além disso, toda política pública dirigida a qualquer área – saúde, transporte, segurança, assistência social, meio ambiente, cultura, entre outras – não pode prescindir de ações educativas formais, o que evidencia ainda mais a absoluta prioridade que deve ser dada à educação (CAMPOS, 2012, p.59).

Uma sociedade igualitária para todos é a maneira mais eficaz de construir uma boa relação humana, e para isso precisar do suporte do Estado com suas políticas públicas regularizadas em constante funcionamento.

Outro elemento importante para a efetivação de um ensino humanizador é a escola inclusiva, a sociedade é diversificada, existem culturas variadas, os seres humanos pensam e agem diferentes. Promover uma concepção de uma escola inclusiva é uma forma de educação libertadora, sendo assim:

A educação inclusiva traz consigo uma mudança dos valores da educação tradicional, o que implica desenvolver novas políticas e reestruturação da educação. Para isso, é necessária uma transformação do sistema educacional, ainda exclusivo, direcionado para receber crianças dentro de um padrão de normalidade estabelecido historicamente (NETO et al., 2018, p.82).

A concepção de uma escola inclusiva está pautada na participação de todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades, ela permite que o educando possa fazer parte do sistema educacional de uma forma democrática e igualitária.

Essa educação tem a possibilidade de integrar todos os sujeitos no processo educacional, ela entende que qualquer indivíduo pode ter acesso ao conhecimento, garantindo uma interação mútua com outras pessoas. Dessa forma, possibilita um espaço incluso garantindo os seus direitos de cidadão.

Além disso, “é preciso atentar para as possibilidades de inclusão de pessoas com

deficiência e não para as dificuldades, para assim construir uma sociedade mais digna para todos, com ou sem deficiência” (NETO et al., 2018, p.82).

O processo educativo deve ser inclusivo, pois o ensino é destinado a toda população, independentemente de qualquer condição física e mental, as instituições devem ter essa visão de humanizadora. Possibilitando e construindo aprendizagens com educando e fazendo com que ele se sinta acolhido nesse espaço. Sendo assim:

As escolas que reconhecem e valorizam as diferenças têm projetos inclusivos de educação e o ensino que ministram difere radicalmente do proposto para atender às especificidades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, por problemas que vão desde as deficiências até outras dificuldades de natureza relacional, motivacional ou cultural dos alunos (MANTOAN, 2003, p. 33).

A sala de aula é um local heterogêneo, visto que cada aluno tem uma concepção de pensamento, constituído por culturas diversas, condições sociais distintas de outras e educandos com deficiências. Portanto, a escola tem uma função pertinente para formar esses sujeitos para viver de uma forma humanizadora.

Segundo (MANTOAN, 2003), a escola é um espaço significativo e repleto de diversidades, ela possibilita que as crianças, adolescentes e jovens aprendam a reconhecer a diversidade do outro, proporcionando a harmonia com toda a equipe escolar. Desta forma, o ambiente se torna mais humanitário, respeitando e valorizando as individualidades de cada ser humano, priorizando as relações socioafetivas e permitindo um ensino para todos.

Portando, reiteramos que a inclusão escolar é necessário e precisa ser colocada em prática por todos os funcionários da instituição, garantindo que a educação possa ser direcionada para todos, independentemente de qualquer situação social. Desta forma:

Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma (MANTOAN, 2003, p. 35).

Diante do que foi exposto, eu já relatei sobre educação, escola, e emancipação humana, componentes que são responsáveis para a construção da identidade humana. Entretanto, falta um integrante essencial para ser relatado, se trata do professor que está ativamente relacionada a essa evolução do aluno.

4.4 A formação docente

Atualmente é um desafio ser educador, existem muitas lacunas para serem quebradas, o professor pode atuar em diversas áreas como: na educação básica e

ensino superior. Nessa circunstância, o educador necessita ter uma boa formação, visto que ele irá formar novas gerações para viver em sociedade. Desta maneira:

Existem, hoje, muitas iniciativas e experiências que buscam um caminho novo para a formação de professores. As mais interessantes centram-se numa formação profissional dos professores, isto é, numa ideia que parece simples, mas que define um rumo claro: a formação docente deve ter como matriz a formação para uma profissão (NÓVOA, 2017, p.1111).

Corroborando com o autor supracitado percebemos que a formação do professor é um fator essencial para um ensino de qualidade, visto que o educador precisa ter conhecimentos científicos para poder trabalhar com seus alunos. Portanto, a formação inicial é um fator imprescindível na profissão docente.

E para garantir esses saberes ele precisa ter uma base científica aprimorada e sólida. Neste viés, a universidade é um espaço fundamental para obter esse preparo docente.

Sendo assim:

Para avançar no sentido de uma formação profissional universitária, é necessário construir um novo lugar institucional. Este lugar deve estar fortemente ancorado na universidade, mas deve ser um “lugar híbrido”, de encontro e de junção das várias realidades que configuram o campo docente. É necessário construir um novo arranjo institucional, dentro das universidades, mas com fortes ligações externas, para cuidar da formação de professores (NÓVOA, 2017, p.1114).

Sabemos que a universidade pode propiciar inúmeros saberes, devido aos grandes conhecimentos científicos que ela pode oferecer. Vale ressaltar, que existe o ensino na parte externa como: projetos de extensão, estágios obrigatórios e uma série de eventos científicos fornecido por outras instituições. Deste modo, fica evidente que é o professor precisa estudar nesse ambiente universitário para poder construir o ensino crítico e reflexivo com os discentes.

Na educação básica, o docente está habilitado a lecionar na educação infantil, no ensino fundamental nos anos iniciais e na educação de jovens e adultos. Essa premissa de ensinar está muito interligada na sua visão de mundo, o modo de instruir passou por várias modificações ao longo do tempo, as gerações estão em constante transformações, o educador deve estar atento para essas mudanças ao seu redor.

Podemos apontar como contribuição da emancipação humana por meio da educação, o teórico Paulo Freire, ele se tornou uma referência para educação libertadora. Seu legado e suas teorias foram um marco histórico para educação brasileira e no mundo. Eu enquanto sujeito de uma consciência crítica, sou adepto a educação emancipatória, igualitária, que visa o diálogo, tenho plena convicção que a educação precisa ter um caráter democrático e participativo.

Devemos salientar que o educador necessita se apropriar e ter conhecimentos das ideias de Freire, em razão que ele aborda temáticas que visa a consciência reflexiva do aluno, fazendo com que o educando seja participativo e atuante do seu processo de ensino e aprendizagem. Por conseguinte, o ensino se torna mais qualificado e apto para o aluno poder exercer sua formação enquanto sujeito ativo no seu processo educacional.

Dessa forma, (FREIRE, 2019) aponta que o educador em sua atividade pedagógica precisa promover a capacidade de criticidade do aluno, despertando sua curiosidade e interesse sobre os conteúdos curriculares. Neste sentido, o professor tem uma tarefa imprescindível que é despertar a habilidade de compreensão crítica do educando.

A pedagogia libertadora está muito presente no pensamento de Paulo Freire, pois ele foi um educador voltado para a educação cidadã e lutou pelos direitos das classes menos favorecidas. Escreveu inúmeros livros que são de extrema importância para o mundo, obras que ficaram marcadas pela sua colaboração com a educação.

Freire analisou o sistema tradicional de ensino, e com isso ele elaborou uma crítica que contrapõe à educação bancária. Iremos analisar e entender o que é esse conceito, e saber se ela é viável ou não para as práticas educacionais voltada para a emancipação dos alunos a partir dos anos iniciais do ensino fundamental.

Nessa concepção, vamos entender o que é essa ideia. Na sala de aula existe o professor e os alunos. Consequentemente é um local onde os saberes estão em ápice e a conscientização dos alunos deve estar em pleno vigor, pelo menos é que pensamos.

Em muitos dos casos os educadores só transmitem conhecimentos, e para Freire ele denomina esse ensino como depósitos. “Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração” (FREIRE, 2019, p.79).

A sala de aula precisa ser um ambiente voltado para a democracia, um espaço onde deve construir conhecimentos e promover os aspectos que envolve a humanização do educando. O ensino necessita ter a participação de alunos ativos e conscientes do seu processo de aprendizagem. Neste sentido, vai se instaurando a leitura de mundo, proporcionando seu desenvolvimento ativo na sociedade.

O professor não pode encher o educando de conteúdos, como se eles fossem bancos de depósitos. “Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, 2019, p.80).

Percebermos que esse método de ensino não é viável para a prática docente. O

aluno deve ter sua participação no processo de aquisição de conhecimentos, ter consciência que ele deve ser um sujeito participativo e autônomo na sociedade, e a educação bancária não proporciona tais modos.

O educador deve ter a plena consciência, e “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção e construção” (FREIRE, 2019. p. 47).

Desse modo, as práticas educativas devem estar pautadas na educação libertadora, possibilitando que o educando seja o protagonista no seu desenvolvimento intelectual, cabe ao professor construir aprendizagens significativas com esses alunos, promovendo um espaço democrático e participativo.

Com base no que foi exposto, percebemos que a atuação do docente perpassa por várias perspectivas, desde a sua formação, até as metodologias utilizadas em sala de aula. Para (NÓVOA, 2017) a formação do docente é indispensável para fortalecer as práticas educativas no espaço escolar, confirmando um espaço de múltiplos saberes.

Portanto, o professor precisa ter uma bagagem científica para poder exercer seu profissionalismo de qualidade, e deve garantir um aprendizado voltado para a participação ativa dos alunos, promovendo a sua criticidade sobre os fatos ao seu redor, formar esses sujeitos para viverem de uma forma autônoma e libertadora.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta sessão é apontado a forma como a pesquisa foi elaborada, dando ênfase aos caminhos percorridos para a sua construção. Vale salientar, que eles foram escolhidos com cautela, no sentido de uma boa compressão crítica.

5.1 Os caminhos da pesquisa e a construção do conhecimento

A presente pesquisa é de caráter exploratória, e descritiva tendo em vista uma análise qualitativa. A metodologia utilizada para realização desta pesquisa está pautada na abordagem qualitativa, a qual compreende os fenômenos em toda sua complexidade, e privilegia essencialmente a compreensão dos fatos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação (BOGDAN e BIKLEN, 1994).

A ciência tem uma relevância enorme para a sociedade, por meio dela podemos desvendar certos problemas e chegar a uma determinada conclusão do fenômeno estudado, fazendo com que a pesquisa seja uma ferramenta essencial na vida do ser humano.

O conhecimento científico surge da necessidade de o homem não assumir uma posição meramente passiva, de testemunha dos fenômenos, sem poder de ação ou controle dos mesmos. Cabe ao homem, otimizando o uso da sua racionalidade, propor uma forma sistemática, metódica e crítica da sua função de desvelar o mundo, compreendê-lo, explicá-lo e dominá-lo (KOCHE, 2011, p.29).

Neste sentido, é necessário percorrer vários caminhos para chegar à conclusão de uma pesquisa. Logo, é fundamental ter métodos para garantir uma investigação de qualidade e segura em todos os aspectos científicos. Portanto, é essencial ter uma metodologia em uma pesquisa científica, visto que, o pesquisador deve saber onde percorrer seus direcionamentos para chegar a um determinado objetivo.

Para (FONSECA, 2002), *metodos* significa organização, e *logos*, estudo sistemático, isto é, pesquisa e investigação. Metodologia é o estudo da organização dos caminhos a serem percorridos para a realização de uma pesquisa, ou para fazer ciência.

Este ensaio tem alguns elementos utilizados para produzir uma pesquisa científica, dentre eles estão: coleta de dados, pesquisa bibliográfica, questionário, resultados. As bibliografias pesquisadas foram: livros, artigos, trabalhos apresentados em eventos e anais de discussão da temática estudada.

Segundo (MARCONI; LAKATOS, 2017), as técnicas de pesquisa bibliográfica

envolvem a busca pelo acervo publicado acerca de um assunto, como jornais, artigos e livros, cujo fim é servir de reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações.

Foi utilizado nessa investigação um questionário, em razão de ser um método de pesquisa muito eficaz para ser trabalhado no âmbito da ciência. Dessa maneira, “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 216).

Para a construção dos dados da pesquisa foi utilizado o questionário contendo 10 questões abertas e fechadas, para a realização foi necessária uma abordagem científica e analítica para a construção das perguntas. Desta maneira:

O processo de elaboração é longo e complexo: exige cuidado na seleção das questões, levando em consideração a sua importância, isto é, se oferece condições para a obtenção de informações válidas (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 216).

Deste modo, as questões foram direcionadas para a temática educação para a cidadania, na perspectiva de formar novos sujeitos para a sociedade. O estudo está pautado em indagações sobre a metodologia do professor na sala de aula, e saber se ele compreende o ensino voltado para a emancipação humana

5.2 Local, os colaboradores e os instrumentos de coleta de dados da pesquisa

O estudo foi realizado em uma escola pública do ensino fundamental dos anos iniciais, na cidade de Pinheiro – Maranhão. Posto isso, 08 professores (a) se propuseram a participar da pesquisa. Na construção dos dados optou-se por elencar as respostas mais pertinentes com relação ao objeto de estudo, por essa razão não foi colocado todas as respostas dos colaboradores.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, mas contém alguns elementos quantitativos, uma vez que as informações obtidas nas respostas dos participantes, são apresentadas, algumas em diálogos escritos, e outras por meio dos gráficos.

A seguir será apresentado dados referentes a pesquisa realizada, cujas informações diz respeito as concepções dos colaboradores do trabalho sobre a temática de educação para a cidadania. Dessa forma, participaram da pesquisa 08 educadores (as), utilizamos questionário com perguntas abertas e fechadas, sobre o tema do objeto de estudo deste trabalho.

5.3 Integrantes da pesquisa e coleta de dados

No propósito de conhecer o perfil profissional do que se refere aos colaboradores da pesquisa, elencamos algumas perguntas iniciais. Sendo assim, na tabela 1 apresentamos a área de formação e o sexo dos docentes. Reiteramos que suas identidades serão preservadas, portanto designamos os nomes de D1, D2, D3, D4...a D8 aos participantes do trabalho.

Tabela 1- Formação, sexo e especialização dos colaboradores

INTEGRANTES	ÁREA DE FORMAÇÃO	SEXO	EAPECIALIZAÇÃO
D1	Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/ Filosofia	Masculino	Sim
D2	Pedagogia	Feminino	Não
D3	Pedagogia	Feminino	Sim
D4	Pedagogia	Feminino	Sim
D5	Pedagogia	Feminino	Sim
D6	Letras	Feminino	Sim
D7	Pedagogia	Feminino	Sim
D8	Pedagogia	Feminino	Sim

Fonte: SARAIVA (2023)

A partir dos dados coletados, observamos que todos os educadores são formados, percebemos que 06 docentes têm formação em pedagogia, 01 em letras, e outro em ciências humanas/filosofia. Dos 08 participantes, 07 são mulheres e 01 homem, dentre os 08 educadores, 07 deles possuem especialização, e 01 não dispõem de nenhuma, os pesquisados exercem sua profissão na educação fundamental nos anos iniciais do ensino fundamental

5.4 Resultado e discussões

Tendo em vista a proposta da pesquisa, o primeiro questionamento foi identificar a concepção dos professores sobre a temática cidadania. Dessa forma, os docentes, se propuseram a responder a seguinte pergunta, **“Qual a sua definição para o termo cidadania?”**, a seguir as respostas descritas na íntegra.

Cidadania é o que possibilita a construção de uma sociedade mais inclusiva buscando a participação de todos (D2).

É o ato de exercício a Liberdade de maneira eficaz tendo consciência de seus direitos e deveres (D4).

A cidadania consiste em um conjunto de direitos e deveres, onde o cidadão tem consciência e participa ativamente de questões da sociedade (D8).

Conforme as respostas, observamos que os entrevistados compreendem a definição sobre cidadania, em razão que eles mencionam a participação ativa dos cidadãos na sociedade, possibilitando a inclusão de todos, e cientes dos seus direitos e deveres no âmbito social.

Segundo (CAMPOS, 2012), o professor deve conhecer e vivenciar sua própria cidadania, para poder possibilitar um ensino eficaz na sala de aula, visto que, ele é o formador de pessoas para atuarem na sociedade. Deste modo, ele deve ter consciência dos seus direitos e deveres perante a comunidade.

A partir dessas informações achamos pertinente fazer outro questionamento que irá dialogar com a questão anterior, vejamos:

“Na sua concepção profissional docente, você acredita que o aluno (a) do ensino fundamental dos anos iniciais está apto para aprender os aspectos básicos sobre cidadania?”

As respostas foram unânimes, todos responderam que sim. Logo, os alunos do ensino fundamental dos anos iniciais compreendem os aspectos básicos sobre cidadania. Entretanto, precisamos ter a consciência que os professores e a família devem abordar sobre essas questões, visto que esses sujeitos estão em processo de desenvolvimento humano e aprendizagem. Neste sentido, algumas respostas foram:

Sim. Todo educando é um ser em processo de aprendizagem, assim como, todo ser humano. Portanto, a possibilidade para o conhecimento é inato ao indivíduo. E, através dos métodos adequados cada aluno pode perceber desde a infância que faz parte de uma coletividade, e da natureza, e então, tem a possibilidade de vir a ser um cidadão consciente e atuante (D2).

Nos anos iniciais se forem instigados os alunos já têm uma noção que conseguem assimilar sobre quais seus direitos e deveres enquanto cidadãos (D8).

Sim. A família e a escola podem e devem ensinar o aluno o que é cidadania, para que ele venha a compreender a realidade na qual se insere e agir consciente nesta realidade (D4).

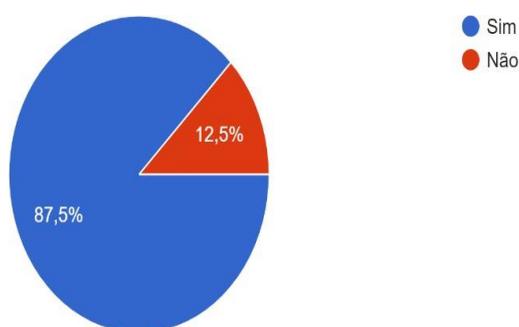
Tendo base nas informações, observamos que para as crianças compreenderem esses aspectos é necessário a participação da família, escola e professor, todos precisam estar envolvidos nesse processo, em razão que a criança é um sujeito histórico. Nessa perspectiva ponderamos a importância da pedagogia histórico crítica, elaborada pelo educador Dermeval Saviani.

Essa visão pedagógica visa compreender o sistema educacional com base no desenvolvimento histórico do ser humano, isto é, entender a educação por meio da dimensão política, histórica, social e cultural de cada alunado. Esse pensamento está imbricado na concepção de uma pedagogia emancipatória (SAVIANI, 2011).

Nesse sentido, o docente precisa conhecer a realidade do aluno, para assimcriar métodos que fazem com que eles compreendam seu espaço enquanto sujeitos históricos da sociedade.

Para o professor poder exercer seu papel de cidadão, ele carece ter um pensamento voltado para um ensino libertador, nesta razão, foi pensado sobre sua metodologia na sala de aula. Posto isso, denominamos a seguinte questão, observemos: **“Suas práticas pedagógicas, comungam ideologicamente com educação libertadora?”**

Gráfico 1- Práticas pedagógicas dos professores



Fonte: SARAIVA (2023)

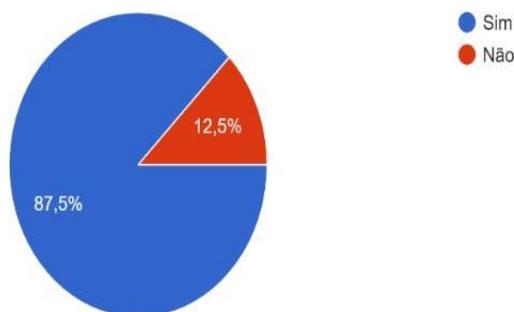
Das 8 respostas, 7 justificaram que sim e 1 não. Nesta ocasião, percebemos, que grande parte dos integrantes partilham na ideia de uma educação libertadora, visando a criticidade dos alunos.

Para (CAMPOS, 2012), as práticas educativas devem estar pautadas para a formação cidadã, por isso o educador deve ter conhecimentos sobre os direitos da criança e do adolescente, desse modo ele fica apto a propor atividades pedagógicas que levam os sujeitos a aderirem os princípios da cidadania, possibilitando o seu exercício pleno.

A educação libertadora visa a compreensão de mundo, e a participação ativa no ambiente social, e para almejar essa educação o diálogo é primordial para essa consolidação. A curiosidade do educando é uma ferramenta indescritível para a sua compressão de mundo, visto que, quando ele pergunta algo está propício para o diálogo. Portanto, é nesse momento que os saberes se inter cruzam, em que professor e aluno constroem conhecimentos (FREIRE, 2019).

O docente ao longo da sua jornada profissional passa por muitas formações a respeito do seu profissionalismo. Com esse propósito, elencamos a próxima dúvida, **“Diante da sua formação profissional você já teve alguma capacitação sobre os direitos e deveres da criança?”**

Gráfico 2- Capacitação sobre os direitos e deveres da criança



Fonte: SARAIVA (2023)

Compreendemos que 07 professores tiveram capacitação sobre a temática, e apenas 01 não obteve. É notório, que o docente precisa ter conhecimentos básicos dos direitos dos alunos. Afinal, ele irá construir valores com esses indivíduos, por conseguinte a criança possui uma gama de direitos.

Dentre eles estão: a liberdade de ir e vir, ao respeito, a proteção, a moradia, a educação, a religiosidade, a liberdade de expressão, a cultura e uma série de outros direitos. Esses componentes são essenciais para o desenvolvimento pleno da criança, pois é nessas circunstâncias que ela aprenderá a viver socialmente (CAMPOS, 2012).

Nessa lógica, fica evidente que o aluno carece aprender sobre seus direitos e deveres perante a sociedade, no sentido que no futuro bem próximo ele consiga se comportar como um cidadão consciente das suas condutas. Em vista disso, o próximo questionamento foi constituído na intenção e saber se **“O discente nessa faixa etária compreende o termo básico de cidadania?”**

Tivemos como resultado, algumas respostas distintas de outras, vale ressaltar que essa pesquisa tem a proposta de analisar a educação cidadã nos anos iniciais do ensino fundamental como ferramenta de transformação social. Dessa forma, precisamos averiguar as estratégias utilizadas pelos professores para discutir cidadania com os alunos.

Nessa perspectiva, determinados educadores relataram que é difícil o entendimento dos alunos sobre esse conteúdo. Por isso eles afirmaram o seguinte:

É para entender, mas com essa geração de hoje em dia está muito complicado (D4).

Ainda não totalmente precisa ser melhor explorado (D5).

Com base no que foi exposto, constatamos que 2 das respostas os docentes afirmaram que os alunos não compreendem os termos básicos de cidadania, visto que *“a geração está muito complicada”* (D4) e que *“precisa ser melhor explorado”* (D5).

Nessa compreensão, precisamos destacar a relevância que a educação tem para

o sujeito, e confirmamos a responsabilidade que o professor possui para possibilitar um ensino pautado na construção de valores sociais, e não ficar preso só nos conteúdos curriculares.

Deste modo, ele fica ciente que “a escolha por abandonar ou enfrentar a questão é uma decisão ética” (CORTELLA, 2015. p. 106). O espaço educacional envolve vários aspectos sociais, como a leitura de mundo, o educando necessita saber os princípios da cidadania. E o professor é um agente essencial nesse processo de construção.

Neste sentido, alguns pesquisados mencionaram que:

Vivemos em uma sociedade atreladas a direitos e deveres e diante disso o aluno já compreende em que consiste o fato a cidadania (D8).

[...] A compreensão é sempre possível [...] (D1).

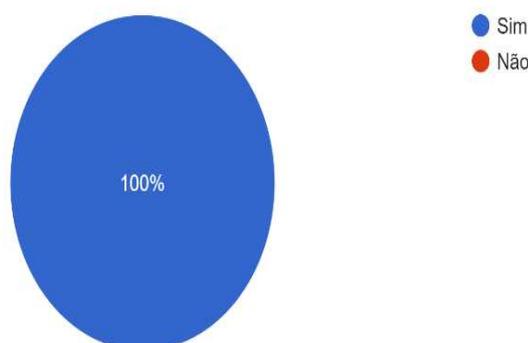
O aluno está em pleno processo de desenvolvimento, seu cognitivo está apto para aprender informações novas, o corpo docente precisa ter essa concepção em mente. Dessa forma, promover estratégias para trabalhar esse conteúdo na sala de aula é uma ferramenta que pode auxiliar no entendimento sobre suas condições enquanto cidadão.

O ambiente escolar é um espaço de vários saberes, cada sujeito tem sua singularidade, o processo de ensino é dinâmico e reflexivo, os saberes se inter cruzam. Nesse viés, a educação necessita ter um caráter democrático, respeitando as individualidades dos alunos e garantindo um ambiente mais autônomo e crítico.

A educação é uma forma de intervenção do mundo, ela proporciona diversos saberes, por esse motivo não pode ser neutra, precisa fazer com que o ensino seja intencional, significativo e político. Isto é, educadores e educadoras comprometido com o processo de aprendizagem do aluno, promovendo a sua autonomia e participação da sociedade (FREIRE, 2019).

Nessa premissa, elencamos a pergunta, **“Na sala de aula você possibilita uma educação voltada para a autonomia dos educandos”?**

Gráfico 3- Sobre a metodologia utilizada pelo educador



Fonte: SARAIVA (2023)

De acordo com o gráfico ficou evidente que todos os pesquisados promovem a autonomia dos alunos. Conforme (FREIRE, 2019), o professor não pode rejeitar a habilidade de compreensão dos discentes, ele precisa instigar, despertar a curiosidade, promover a capacidade de intervenção nas suas decisões, possibilitar um ambiente autônomo na sala de aula.

Nessa concepção, se faz pertinente a compreensão do educador sobre os saberes prévios da criança, visto que ela já possui conhecimentos fora do contexto escolar. Portanto, é o momento de mediar essas aprendizagens, com a intenção de construir novas sabedorias que enriquece as anteriores (SAVIANI, 2011).

A seguinte dúvida com relação aos professores foi **“Você acredita que é possível transformar o mundo por meio da educação? Exemplifique”**. As respostas foram significativas, todos responderam que sim, e acreditaram na transformação por meio da educação.

Sim. Como dizia Paulo Freire “se a educação sozinha não muda o mundo, o mundo tão pouco sem educação o mundo muda” [...] (D1).

Sim. É a partir da educação que se é capaz de construir cidadãos pensantes capazes de ter sua própria opinião sobre assuntos variados dentro da sociedade. Por exemplo: é a partir da educação que se cria um indivíduo crítico e bem sucedido tanto, como pessoa quanto profissional (D5).

Sim. Como diz o saudoso Paulo Freire a “educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo” sendo assim podemos acreditar sim no mundo transformado por meio da educação (D8).

É evidente que a educação tem uma importância enorme para a sociedade, ele é a porta de entrada para os seres humanos poderem viver de uma forma mais fraterna e igualitária, além de garantir sua compreensão de mundo.

Partindo desse pressuposto, reiteramos que essa educação só é possível por meio da prática pedagógica do professor, no qual ele precisa estar consciente que o processo de aprendizagem precisa ser problematizado e discutido no ambiente

escolar. Logo, educador e aluno devem estabelecer relações que possibilitam a construção desses novos conhecimentos (FREIRE, 2019).

Com o intuito de saber as metodologias utilizadas pelos educadores, perguntamos, **“Quais estratégias você recorre para promover debates sobre cidadania com seus alunos?”**

Roda de conversa leitura dinâmicas vídeos (D1).

Costumo levar para a sala assuntos que estão sendo muito comentado nos noticiários (D6).

Rodas de conversa mostrar através de noticiários os malefícios e benefícios de atitudes e fatos voltados para a sociedade (D7).

Percebemos, que as estratégias são viáveis para ser trabalhada em sala de aula. O ensino dialógico se torna um elemento relevante nesse processo, pela razão que o homem é mediado pelo mundo. Portanto, é na dialogicidade entre educador e educando que as palavras ganham significados (FREIRE, 2019).

Segundo (CAMPOS 2012), vários conteúdos são abordados com a criança, falar sobre cidadania requer a compreensão de uma interdisciplinaridade pedagógica, isto é, possibilitar por meio das disciplinas um aprendizado pautado na compreensão de elementos que visam os direitos e deveres presentes na vida do discente.

A consciência de mundo é fundamental para o desenvolvimento do alunado, dessa forma, a escola carece fornecer meios para essa efetivação. Por essa razão, a próxima questão foi, **“A escola promove meios para a compreensão do educando (a) sobre seu espaço enquanto sujeito crítico?”**

Sim. A escola promove gincanas brincadeiras dinâmicas rodas de conversa e palestra (D1).

As vezes nem sempre (D3).

Às vezes sim apesar de deixarem muito a desejar (D7).

Tivemos alguns retornos diferentes, discorrer sobre essas temáticas demanda interesse por parte do corpo docente, não estou falando só do professor, mais sim toda a equipe pedagógica. É necessário que todos estejam empenhados nesse procedimento, vale frisar que trabalhando tais conteúdos, o aluno só vai ter benefícios no seu processo de aprendizado.

Por esta razão, quando a consciência de mundo é incorporada pelo educando, ele possibilita novas descobertas no que tange seu desenvolvimento social, podendo assim assumir novos hábitos perante a sociedade na qual está inserido. Este procedimento se interliga para a formação da sua personalidade e a construção da

cidadania (CAMPOS, 2012).

E para finalizar nossas perguntas, queremos saber se, **“Existe desafios para discutir com os alunos sobre direitos e deveres na sociedade em sala aula? Poderia citar alguns”?**

Sim. Receber o ensino de qualidade. Ser considerado e valorizado em sua individualidade, sem comparações e preferências. realizar todas as tarefas, tratar de forma respeitosa e igualitária todos os seus professores, funcionários e colegas da escola (D5).

Sim. Um grande problema com os alunos de hoje é a falta de cumprimento de regras e normas em sala de aula (D6).

Nos anos iniciais é mais tranquilo trabalhar o tema em questão, porém ainda há muitas crianças que não sabem diferenciar os direitos dos deveres e para isso cabe ao professor traçar metas para solucionar a problemática (D8).

Compreendemos que existe muitos desafios para trabalhar sobre os direitos e deveres no ambiente escolar, a começar pela falta de compreensão dos discentes sobre o assunto, “[...] ainda há muitas crianças que não sabe diferenciar os direitos

dos deveres e para isso cabe ao professor traçar metas para solucionar a problemática “(D8).

Reiteramos que o docente, tem um papel fundamental nesse aspecto, por se tratar que ele é o mediador dos conhecimentos produzidos na sala de aula, consequentemente consegue identificar as demandas dos alunos. Vale enfatizar que, família e escola devem estar envolvidas nesse processo de ensino, isto é, a participação de todos no desenvolvimento do aluno.

O discente precisa entender que ele é parte de um contexto social, é um cidadão como todos nós, necessita estar ciente dos seus atos perante a sociedade, e consciente das problemáticas em seu entorno. Por esse aspecto é fundamental ser discutido tais temáticas, visto que envolve inúmeros fatores sociais.

A integração na sociedade, não é simplesmente permanecer nela, mas com ela. Ou seja, se fazer presente na esfera social é estar em sintonia com as problemáticas do mundo. É ser um indivíduo participativo e crítico no seu meio social (FREIRE, 1967).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi analisado e discutido, ficou evidente no decorrer da pesquisa que todo o corpo docente, juntamente com a família, precisa compreender sobre essa conjectura relacionada a cidadania, os educadores devem agir em prol de um ambiente reflexivo e crítico, para assim promover um ensino de qualidade.

Com base nos resultados percebemos que a grande maioria dos professores discutem cidadania na sala aula, deste modo possibilitando um espaço crítico no âmbito escolar. Todavia, precisa ser mais explorado e debatido no entorno da escola.

A partir do que foi supracitado, entendemos que os discentes compreendemem partes sobre o que é cidadania, portanto a escola, professores e família devem estar todos unidos para poderem desenvolver esse aprendizado com o aluno, visto que ele precisa conhecer seus direitos e deveres na sociedade, para assim ser um cidadão consciente de mundo.

Fazer com que o discente compreenda esses procedimentos requer muita atenção por parte dos professores, em função que exige muita compreensão desse conteúdo. O professor dos primeiros anos do ensino fundamental precisa produzir e construir saberes com esses alunos, tencionando a buscar práticas pedagógicas que auxiliem o discente a criar aprendizados relacionados aos valores morais e éticos.

Podemos concluir que promover a cidadania em crianças exige atenção e comprometimento, o sujeito está entrando em um novo ambiente de socialização, o professor deve ressaltar a autonomia dos alunos, contribuir para que o indivíduo consiga construir sua cidadania, desenvolver meios para essa efetivação. Ou seja, criar estratégias pedagógica envolvendo os fenômenos sociais, permitindo um ambiente democrático na escola, fazer com que o discente se sinta apto a viver em sociedade e garantindo seu espaço enquanto cidadão.

No que se refere ao trabalho do docente ele precisa preparar várias atividades lúdicas, promovendo a participação de todos os alunados, ter a cautela de não deixar ninguém de fora do contexto social agindo democratamente em meio a comunidade onde está inserida, e ministrando aulas pedagógicas voltada para a emancipação dos alunos.

Por fim, salientamos que trabalhar a educação para cidadania nos iniciais do ensino fundamental é essencial para a desenvoltura do aluno, visto que está formando sujeitos para ser inserido na sociedade, o ensino precisa ter um caráter autônomo e libertador, isto é, um aprendizado pautado na democracia e na construção dos saberes.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, M. M. E. A reinvenção da Roda dos Expostos: arquivo, memória e subjetividade. **Mnemosine**. Rio de Janeiro, Vol.16, nº2, p. 355-391. 2020.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ARISTÓTELES. **Política**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em: 18/10/2023.
- CAMPOS, Helena Guimarães. **A história e a formação para a cidadania**. São Paulo: livraria Saraiva, 2012.
- CAVALCANTI, Alberes de Siqueira. **Ética e cidadania na prática educacional**. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. UNICEF. Disponível em: www.dhnet.org.br/direitos/codetica/abc/etica_cid_pratica_educ.PDF. Acessado em: 21/07/2021
- CORTELLA, Mario Sergio. **Educação convivência e ética**: audácia e esperança. São Paulo: Cortez, 2015.
- FEDERAL, Senado. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Edições técnicas, 2017.
- FEDERAL, Senado. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 7ªed. Brasília: Coordenação de Edições técnicas, 2023.
- FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 41ªed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 59ªed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e terra, 2019.
- HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Zahar editores, 1981.

KOCHE, Carlos, José. **Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, M. D. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, Arilene Maria Soares de. O papel da escola na formação do cidadão. **Contrapontos**, v.6, n. 2, p.565-574, 2006.

NETO, D.O.S.N. *et al.* Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, v.47 n.166, p.1106-1133, 2017.

PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 649-673, 2010.

PINSKY, Jaime, Carla Bassanezi (org.). **História da Cidadania.** 5. ed. São Paulo: contexto, 2010.

PINSKY, Jaime. **Cidadania e educação.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

Priore, D.M. **História das crianças no Brasil.** 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1997. (Coleção educação contemporânea)

SAVIANI, Derneval. **Pedagogia histórico crítica: primeiras observações.** 11. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2011. (Coleção educação contemporânea)

APÉNDICE

APÊNDICE: Questionário aplicado para a coleta de dados

EDUCAÇÃO E CIDADANIA: um elo para emancipação humana a partir dos anos iniciais do ensino fundamental.

Prezado/a Professor/a dos anos iniciais (1º ao 5º) do ensino fundamental.

Sou Marco Aurélio Reis Saraiva, acadêmico do curso de Pedagogia pela UEMA Campus de Pinheiro, estou realizando uma pesquisa como parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Sua contribuição em responder este questionário é muito relevante. Garanto sigilo referente sua identificação. Ciente de sua colaboração, antecipo meu agradecimento.

Dados pessoal e profissional do/a professor/a



Formação: *

Tempo de experiência:*

- 1 a 10
- 11 a 20
- 21 a 30
- 31 a 40 em diante...

Sexo:

- Masculino
- Feminino

Idade:

- 18 a 25
- 26 a 35
- 36 a 45
- 46 a 50 em diante...

Especialização:

- Sim
- Não

Qual área?

Pesquisa



- 1- Qual a sua definição para o termo cidadania?
- 2- Na sua concepção profissional docente, você acredita que o aluno (a) do ensino fundamental dos anos iniciais está apto para aprender os aspectos básicos sobre cidadania?
- 3- Suas práticas pedagógicas, comungam ideologicamente com a educação libertadora?
 Sim
 Não
- 4- Diante da sua formação profissional você já teve alguma capacitação sobre os direitos e deveres da criança?
 Sim
 Não
- 5- O discente compreende o termo básico de cidadania?
- 6- Na sala de aula você possibilita uma educação voltada para a autonomia dos educandos?
 Sim
 Não
- 7- Você acredita que é possível transformar o mundo por meio da educação? Exemplifique.
- 8- Quais estratégias você recorre para promover debates sobre cidadania com seus alunos?
- 9- A escola promove meios para a compreensão do educando (a) sobre seu espaço enquanto sujeito crítico
- 10- Existe desafios para discutir com os alunos sobre direitos e deveres na sociedade em sala aula? Poderia citar alguns?